

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

N.º 20/XIII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2025” E N.º 21/XIII –
“ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2025”

NOVEMBRO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 06 de novembro de 2024, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às **propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025” e n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025”**.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no dia 29 de outubro de 2024, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 11 de novembro de 2024.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, na sua redação atual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, as matérias abaixo elencadas são da competência da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

CAPÍTULO II

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambas para o ano de 2025, nas seguintes matérias:

- Alterações climáticas;
- Ambiente;
- Bem-estar animal e recursos cinegéticos;
- Comunicação social;
- Energia;
- Ordenamento do espaço marítimo;
- Ordenamento do território;
- Orla costeira;
- Política de ocupação dos solos;
- Recursos hídricos;
- Reservas naturais e ecológicas.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações que foram acompanhadas da devida audição aos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



CAPÍTULO III

APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual contida nos documentos em análise estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2025.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2025, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Quadro

Plano Anual para 2025

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 - Coesão e representação	8.999.993	8.999.993	0
1.1 - Coordenação da atividade governativa	1.230.000	1.230.000	0
1.1.2 - Plataforma eletrónica de Comunicação com o Cidadão	200.000	200.000	0
1.1.3 - Jornal oficial, estudos e bases de dados jurídicos	100.000	100.000	0
4 - Diáspora e media	4.500.000	4.500.000	0
4.1 - Apoio aos Media	2.200.000	2.200.000	0
4.1.1 - Programa de Apoio à Comunicação Social	2.000.000	2.000.000	0



4.1.2 - Financiamento de obrigações específicas do serviço público de notícias e de televisão	200.000	200.000	0
7 – Economia rural e alimentação	127.167.375	78.000.000	49.167.375
7.2 – Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas	44.110.639	13.810.846	30.299.793
7.2.1 - Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica	11.399.161	1.719.650	9.679.511
7.2.3 - Melhoramento Genético e Bem-estar animal	970.000	970.000	0
7.2.4 - Bem-estar de animais de companhia e errantes	259.289	259.289	0
7.2.14 - Life IP Climaz	393.270	393.270	0
7.2.21 - Gestão de recursos cinegéticos e piscícolas	90.015	90.015	0
7.2.31 - Melhoramento genético – Aquisição de equipamentos	200.000	200.000	0
7.2.32 - Programa de identificação e esterilização de animais de companhia: Centros de Recolha / Câmaras Municipais	200.000	200.000	0



7.4 - Ordenamento e gestão do território	150.000	150.000	0
8 – Economia do Mar	45.000.000	45.000.000	0
8.6 – Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	2.404.802	2.404.802	0
8.9 - Gestão e requalificação da orla costeira	672.500	672.500	0
9 – Desenvolvimento Turístico, mobilidade e Infraestruturas	338.761.470	305.724.292	33.037.178
9.1 – Eficiência Energética e Energias Renováveis	20.100.449	20.100.449	0
9.2 – Serviços Energéticos	1.600.000	1.600.000	0
9.3 – Mobilidade Elétrica	1.100.000	1.100.000	0
9.4 – Política Energética	650.000	650.000	0
11 - Sustentabilidade, ação climática e gestão de riscos	33.000.000	33.000.000	0
11.1 - Planeamento, inspeção e promoção ambiental	8.336.889	8.336.889	0
11.2 - Qualidade ambiental e alterações climáticas	3.651.918	3.651.918	0
11.3 - Conservação da natureza e biodiversidade	3.113.780	3.113.780	0
11.4 - Recursos hídricos e rede hidrográfica	2.242.336	2.242.336	0



11.9 - Gestão de Riscos, Cartografia e Cadastro	1.675.768	1.675.768	0
--	-----------	-----------	---

De referir que não foram incluídas no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das obras públicas (Programa 9), mas que dizem respeito a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Projeto 9.32 – SRMP – Gestão e requalificação da orla costeira;
- b) Projeto 9.35 – SRAAC – Planeamento, inspeção, e promoção ambiental
- c) Projeto 9.36 – SRAAC – Conservação da natureza e biodiversidade
- d) Projeto 9.37 – SRAAC – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica

Audição do Senhor Secretário Regional do Mar e das Pescas, disponível em [Parlamento Online - Audição do Senhor Secretário Regional do Mar e das Pescas - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O Senhor Secretário Regional do Mar e das Pescas, Doutor Mário Rui Pinho, iniciou a sua intervenção com a apresentação das propostas que esta Secretaria Regional contempla para o setor do mar.

Referiu que a totalidade do investimento da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, acende 45 milhões de euros (quarenta e cinco milhões de euros), dos quais 28 milhões de euros (vinte e oito milhões de euros) correspondem ao desenvolvimento do *cluster* do mar. Este é um projeto que se afirma como absolutamente estruturante para a Região e até para o País, onde se inclui a construção e equipamento do novo navio de investigação e a construção de um centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao mar, no âmbito do PRR. Estes dois instrumentos, estão intimamente ligados com as restantes ações do Plano, no que diz respeito a dar respostas às necessidades de investigação e desenvolvimento do conhecimento e da valorização do mar dos Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Neste âmbito, começou por destacar, um grande conjunto de projetos e trabalhos de investigação, como o *LIFE IP Açores Natura* ou o *LIFE IP CLIMAZ*, entre outros, já em execução na Direção Regional de Políticas Marítimas, que visam, dar resposta, sobretudo, à Diretiva Quadro de Estratégia Marinha, tendo alertado para o volume de projetos que a Direção Regional de Políticas Marítimas tem neste momento, mas também para a capacidade que a mesma tem de captar investimento externo para responder a determinados compromissos do Estado.

Salientou que muitos dos projetos visam mitigar o impacto da poluição luminosa, um importante projeto estruturante para a orla costeira, sobretudo, ligado à parte da conservação e implementação de melhores práticas para a redução do *bycatch* ou ainda realizar novas atividades de ecoturismo marinho que promovam a sustentabilidade do ambiente costeiro e a economia circular. É importante conhecer o nosso mar, nomeadamente o mar profundo, como forma de afirmar a nossa autonomia regional e revelar a importância do Parque Marinho dos Açores no restabelecimento dos ecossistemas marinhos.

O apoio à Escola do Mar continua a ser uma aposta do XIV Governo Regional, na medida em que esta escola tem vindo a afirmar-se na excelência da formação, promovendo um aumento da formação disponível, captando mais alunos, mais projetos e mais investimento.

No que diz respeito à gestão e licenciamento marítimo, à digitalização de processos, à disponibilização de equipamentos de apoio ao mergulho e à promoção de ações de sensibilização e formação à participação e organização de reuniões de trabalho, é também importante dar nota do investimento realizado por este Governo neste projeto.

Finalmente, no âmbito da gestão e requalificação costeira, mantêm preocupações com a gestão das zonas balneares, que estão sob a responsabilidade do Governo Regional, a saber a zona balnear de Porto Pim, da Ferraria, da Maia e a zona balnear de São Lourenço.

Terminarão também o estudo sobre a alga invasora, que está a ser desenvolvido pela Universidade dos Açores e cuja conclusão prevemos que ocorra, no prazo fixado em junho do próximo ano.

Ainda no âmbito desta problemática da gestão e da requalificação costeira, existe um conjunto de obras que se encontram sob a gestão da Secretaria Regional da Mobilidade, Turismo e Infraestruturas, no âmbito do projeto ou da ação 9.32, que denotam bem a preocupação deste Governo Regional com a cada vez maior erosão da costa, por força das alterações climáticas, cujo impacto não devemos nem queremos ignorar. Deste modo, regista-se um aumento de cerca de 300 mil euros (trezentos mil euros) nesta ação, em que revelamos a proteção e a estabilização



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

costeira do Porto de Santa Iria em São Miguel, bem como o contínuo reforço da proteção costeira na zona das Calhetas, também em São Miguel, a proteção da orla costeira e a reabilitação urbana da Praia Formosa em Santa Maria, ou o reforço da proteção da zona costeira do Reduto da Patrulha e do Castelo de São Sebastião na Ilha do Faial.

Assim, relativamente ao mar, o XIV Governo Regional dos Açores pretende investir 9.379.000 € (nove milhões, trezentos e setenta e nove mil euros), ficando evidente aquele que tem sido o desígnio deste Governo, ao afirmar o mar como uma economia de futuro e de extrema importância para a região autónoma dos Açores.

Aberta a primeira ronda de questões pediu a palavra a Deputada Joana Pombo Tavares (PS) onde pediu esclarecimento na descrição da ação, nomeadamente no que diz respeito à amarração de boias em áreas marinhas, sobre quantas boias serão adquiridas nesta rubrica, onde é que vão ser colocadas e quem será responsável por realizar essa amarração.

Como grande parte das intervenções da orla costeira estará a cargo da Secretaria do Turismo, da Mobilidade e Infraestruturas, questionou o que é que será desenvolvido diretamente pela Secretaria Regional do Mar e das Pescas, na área da gestão e de requalificação das zonas costeiras.

Para responder às questões colocadas pela Deputada, o Secretário Regional esclareceu que em relação às boias, a Direção de Serviços de Gestão Marítima da Direção Regional de Políticas Marítimas tem várias rubricas, uma delas é na área *do LIFE*, que apoia, objetivamente, as áreas marinhas protegidas de Santa Maria. Há um outro projeto que é um pouco mais ambicioso e que pretende estudar a colocação de amarrações em algumas das áreas marinhas protegidas para o apoio ao mergulho e ao ecoturismo. Há uma explosão muito grande de empresas na área do ecoturismo que exploram não só o mergulho, mas um conjunto de outras atividades e os empresários têm solicitado à Direção Regional algum investimento para a colocação de amarrações.

No âmbito de vários projetos, estudando, nomeadamente com as Canárias, que têm alguma experiência, a Direção Regional de Políticas Marítimas tem vindo a absorver um conjunto de conhecimentos de qual é o sistema que é utilizado para a utilização de amarrações. Têm tido uma experiência em Santa Maria, nomeadamente com as marítimas turísticas e com a gestão das boias da Baixa do Ambrósio para a observação das jamantas. Sendo um processo de gestão adaptativa, têm vindo a aprender e conversar com o sector de como se deve explorar este processo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No âmbito da economia azul, estão a estimular os empresários para que sejam eles a gerir o sistema, porque no passado, foram colocadas boias e amarrações e tendo a Direção Regional uma fraca presença no terreno, obriga a processos de contratação pública, que não permitem ter uma resposta adequada à gestão das mesmas.

Em Santa Maria o processo está muito desenvolvido devido às áreas marinhas criadas e os parceiros têm pedido que seja colocada as amarrações porque facilita a área do mergulho e a segurança.

No âmbito da gestão da requalificação das zonas costeiras, é uma área muito abrangente, onde têm várias áreas de intervenção, quer no Faial, quer em São Miguel. Nesta área a Direção Regional e a Secretaria Regional o que faz, quando são notificadas de um problema na orla costeira, é solicitar ao pessoal de infraestruturas da Secretaria que desloque o local, verifique e identifique qual é a situação. Neste momento, estão, inclusive, a solicitar que os técnicos façam uma primeira avaliação do grau de prioridade, por exemplo, há problema da salvaguarda da vida humana, a não intervenção tem impactos noutras infraestruturas que podem pôr em perigo as populações ou a economia da área. A seguir, os engenheiros civis, apresentam uma primeira solução para o problema e, em seguida, vem todo o processo de fazer o estudo prévio, fazer o projeto e depois avançar para a execução do projeto, para o processo de contratação pública, em função do orçamento disponível.

Neste momento, existem registadas cerca de 13 ações que estão no Plano, que têm intervenção para 2025. Têm, também, uma pequena verba para as intervenções que vão ocorrendo.

As grandes intervenções, muitas vezes os projetos demoram, as soluções às vezes são complicadas, por vezes têm a solução, mas depois implicam alterações a posteriori e, portanto, por vezes tem tudo pronto e temos dificuldades orçamentais para a execução ou não tem dificuldades orçamentais, mas não têm quem executa a obra porque os concursos ficam em branco.

A Orla Costeira é uma preocupação grande, o Secretário Regional referiu que temos de aumentar e organizar um pouco melhor as nossas prioridades para a Orla Costeira. Sobretudo, tendo em atenção aquilo que pode ser previsível em termos de alterações climáticas. Tendo ainda algumas incertezas, era muito bom existir estudos. O Secretário Regional espera que na área costeira possa haver alguns indícios sobre modelos preditivos de potenciais consequências para a Região Autónoma dos Açores, como resultado dos cenários de alterações climáticas. Isso poderá



identificar prioridades de atenção e de investimento também numa perspetiva de mitigação que que poderá vir.

Neste momento, existem registadas cerca de 13 ações que estão no Plano, com intervenção prevista para 2025. Existe também uma pequena verba para as intervenções que vão ocorrendo. As grandes intervenções, muitas vezes, demoram, as soluções às vezes são complicadas, por vezes têm a solução, mas depois implicam alterações a posteriori e, portanto, por vezes está tudo pronto e temos dificuldades orçamentais para a execução ou não temos dificuldades orçamentais, mas não temos quem execute a obra porque os concursos ficam em branco.

A orla costeira é uma grande preocupação. O Secretário Regional referiu que temos de aumentar e organizar um pouco melhor as nossas prioridades para a orla costeira, sobretudo, tendo em atenção aquilo que pode ser previsível em termos de alterações climáticas. Tendo ainda algumas incertezas, seria muito bom existirem estudos. O Secretário Regional espera que, na área costeira, possa haver alguns indícios sobre modelos preditivos de potenciais consequências para a Região Autónoma dos Açores, como resultado dos cenários de alterações climáticas. Isso poderá identificar prioridades de atenção e de investimento também numa perspetiva de mitigação que poderá vir.

Audição Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, disponível em [Parlamento Online - Audição do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O Senhor Secretário do Ambiente e Ação Climática, Doutor Alonso Miguel, iniciou a sua intervenção centrando-se nas questões do domínio ambiental, tendo referido que o plano de investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática para 2025 continua a refletir aquelas que são as opções vertidas no Programa do XIV Governo Regional dos Açores. Neste sentido, o plano de investimentos ascende a 33 milhões de euros, o que reflete um aumento de investimento de cerca de 4% em relação a 2024 e desagrega-se em 19 milhões de euros, sensivelmente, para o domínio do ambiente e cerca de 14 milhões de euros para o investimento na proteção civil e bombeiros dos Açores. A este montante somam-se ainda cerca de 2,5 milhões de euros que correspondem a investimentos em obras públicas em matéria ambiental, que serão executados pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Como tal, na prática, o investimento da competência desta secretaria perfaz um total de cerca de 35,5 milhões de euros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Para os investimentos previstos para a componente ambiental, o Senhor Secretário Regional referiu que:

“O combate às alterações climáticas, a mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas continua a ser uma das prioridades máximas do Governo Regional dos Açores, com investimentos distribuídos pelos vários departamentos do Governo com competência nesta matéria, com vista à implementação do Programa Regional para as Alterações Climáticas, cujo processo de revisão já teve início.

Neste capítulo, destaca-se o investimento previsto no âmbito do Projeto LIFE IP CLIMAZ, um investimento superior a 3,1 milhões de euros previstos para 2025, o que representa um aumento de cerca de 44% em relação ao ano anterior, dos quais 2 milhões de euros a executar pela Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática e os restantes 1,1 milhões de euros a executar pela Secretaria Regional do Mar e Pescas e também pela Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação.

De referir que os cerca de 2 milhões de euros a executar no âmbito do Projeto LIFE IP CLIMAZ pela Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática refletem um aumento de investimento em relação a 2024 de cerca de 80%. Para este aumento significativo no investimento contribuem, de forma clara, a aquisição de 9 viaturas pick-up elétricas, no valor de 675 mil euros, a aquisição de serviços de monitorização das massas de água interior e de transição, orçado em cerca de 220 mil euros, a aquisição de 9 estações meteorológicas, no valor de aproximadamente 130 mil euros, e ainda a transferência das verbas para os parceiros do projeto, de cerca de 122 mil euros para a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e cerca de 90 mil euros para a Cooperativa União Agrícola.

Estão previstas diversas medidas para reforçar este combate às alterações climáticas, distribuídas um pouco por todas as áreas de atuação da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, destacando-se desde logo o início da execução do projeto para capacitação dos serviços operacionais da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática com meios e equipamentos próprios para assegurar uma limpeza e uma manutenção preventiva das linhas de água, das ribeiras, estando prevista a execução em 2025 de 400 mil euros, de um total estimado de cerca de 3,5 milhões de euros a executar até 2026 no âmbito do PO2030.

Terá também início em 2025 um novo projeto, no âmbito de um protocolo que será estabelecido com o IVAR, em novembro deste ano, para a modernização do Observatório da Montanha do Pico, no valor de cerca de 260 mil euros. Daremos também início, em colaboração com o Instituto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Português do Mar e da Atmosfera, à implementação do Observatório Climático do Atlântico na Ilha Terceira, com um investimento de 233 mil euros, de um total de cerca de 1 milhão de euros.

Verifica-se também um ligeiro reforço de cerca de 2% em relação às verbas adstritas ao regime jurídico financeiro de apoio à emergência climática, que ascende agora a 488 mil euros. Teremos também em 2025 o início de dois novos projetos no âmbito da adaptação às alterações climáticas, designadamente o Plano Climac 2, que é, no fundo, uma segunda edição de um projeto no âmbito do qual já participamos anteriormente, para desenvolvimento e monitorização de ações relativamente ao risco e ameaças das alterações climáticas, que tem um valor global a investir pela Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática de 277 mil euros até 2028. Terá também início o projeto Implacost, que tem por objetivo avaliar os impactos ambientais nas zonas costeiras devido às alterações climáticas, e que tem um investimento previsto por parte da Secretaria de 450 mil euros até 2028.

Ao nível da promoção da qualidade ambiental e da gestão de resíduos, destaca-se desde logo a manutenção do investimento no âmbito do programa Eco Freguesias, com uma verba de 1 milhão de euros, o maior valor de sempre no investimento no âmbito deste programa, uma medida que tem sido reconhecida pelas juntas de freguesia como um importante contributo para a manutenção de espaços públicos limpos, incluindo as ribeiras e a orla costeira.

Após a adjudicação este ano, como estava previsto, de 3 envolvidoras semiautomáticas para o envolvimento dos fardos de refugo para os Centros de Processamento de Resíduos das Flores, Graciosa e Santa Maria, no âmbito do projeto para a modernização dos processos de reciclagem dos Centros de Processamento de Resíduos, em 2025 vamos dar continuidade a este projeto, com o apetrechamento das linhas de triagem, com a dotação prevista de cerca de 892 mil euros, de um total de investimento previsto de 3 milhões de euros.

Será dada continuidade também ao projeto piloto do Sistema de Depósito de Embalagens Não Reutilizáveis de Bebidas dos Açores, com um investimento estimado de cerca de 590 mil euros, que será destinado apenas ao primeiro semestre deste ano. Este era um projeto piloto com a duração de um ano, que foi sendo prorrogado, no entanto, atendendo à comunicação da APA, previsível a entrada em vigor do Sistema Nacional de Depósito de Embalagens em 2025, a ideia é integrar este sistema piloto no sistema nacional.

Em 2025 terão também início outros dois novos projetos Interreg, no âmbito dos resíduos, da gestão de resíduos e da economia circular, mais concretamente o projeto Têxtil, com vista a melhorar a gestão de têxteis na Região, e que tem uma verba de cerca de 163 mil euros para



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

executar até 2028, e também o projeto Circular Ocean, com a verba de cerca de 100 mil euros a executar também neste período temporal, até 2028, em busca de soluções eficientes para a reciclagem de lixo marinho.

Realçar também a continuidade da monitorização ambiental da radioatividade, designadamente quanto à elaboração do Plano Regional do Radão, e que tem uma verba inscrita de 160 mil euros.

Ao nível da conservação da natureza, o destaque para os 4 Projetos LIFE que estão em curso na Região, com a dotação para este ano de 2025 de cerca de 3,4 milhões de euros, que reflete um aumento de 4,3% em relação ao ano anterior.

Destaca-se também o investimento no âmbito da manutenção das paisagens tradicionais da cultura da vinha e dos pomares de espécies tradicionais, com investimento muito significativo de 2 milhões de euros.

Estão previstos investimentos superiores a 1,5 milhões de euros na rede regional de centros ambientais e na promoção de práticas ambientais, e aqui evidentemente incluem-se as despesas inerentes ao funcionamento dos 19 centros de interpretação ambiental que constituem a rede de centros da Região.

Está prevista uma quantia de cerca de 525 mil euros para a monitorização e gestão do património natural e da biodiversidade, o que pressupõe os instrumentos necessários à gestão da rede de áreas protegidas dos Açores, e que representa também um aumento de 64% em relação a 2024.

No que se refere à gestão dos parques naturais de ilha, dar nota da dotação de 564 mil euros, mais 4% que em 2024, e este reforço permitirá também reforçar as intervenções nos trilhos da Região que se inserem dentro dos parques naturais de ilha, que por essa razão são competência da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática.

Destacar também a implementação do Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria, que tem uma dotação prevista de 42 mil euros, e um total de 481 mil euros de investimento global previsto para a implementação deste paleoparque.

Em 2025 terá também início um novo projeto, o Reinforce 2, que é também um projeto Interreg, para a reflorestação de áreas públicas com espécies mais adaptadas às alterações climáticas, prevê-se em 2025 um investimento de 140 mil euros, de um total aprovado de 267 mil euros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Ao nível dos recursos hídricos e da rede hidrográfica, novamente um instrumento avultado, cerca de 2,2 milhões de euros, para a monitorização, manutenção e requalificação da rede hidrográfica da Região, também para a rede de monitorização do ciclo hidrológico e para a implementação dos instrumentos de planeamento dos recursos hídricos.

Finalmente, no que se refere aos investimentos em obras públicas a executar pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, está previsto um valor de cerca de 2,5 milhões de euros, e aqui destaca-se a intervenção de construção do novo Centro de Implementação Ambiental do Algar do Carvão, cuja obra teve início muito recentemente, e que tem um prazo de execução de 18 meses, e no âmbito do qual se prevê investir em 2025, 1 milhão de euros, de um total de 2,7 milhões de euros.

Destacar ainda a intervenção de requalificação da zona de lazer das Sete Cidades, com investimento previsto para 2025 de 575 mil euros, e também a intervenção de requalificação do acesso à Furna do Enxofre na Ilha Graciosa, com investimento previsto de 435 mil euros.

Teremos também um conjunto de intervenções de requalificação da rede hidrográfica, com valor estimado de investimento em 2025 na ordem dos 440 mil euros.”

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra a Deputada Joana Pombo Tavares (PS), que questionou qual é a estratégia que prevê para o combate e controle da infestação por térmitas nos Açores para 2025.

Questionou, também, o que a Secretaria Regional prevê investir e em que medida para a implementação do SiRGIC. A deputada acrescentou que um ponto que foi falado nos últimos meses foi sobre os sistemas de alertas, questionando quem está a fazer o levantamento da localização das gateways, atendendo que o prazo de 3 meses previsto para esse levantamento já foi ultrapassado.

O Secretário Regional lembrou, relativamente à primeira questão, sobre a monitorização e controle de infestação por térmitas, que o XIII e XIV Governo Regional dos Açores optou por fazer esta monitorização usando os recursos humanos da casa, que são técnicos habilitados, optando-se por fazer a monitorização a todas as espécies de térmitas em todos os concelhos da Região. Esta foi uma inovação implementada por este Governo. Deu nota que estão a terminar um panfleto informativo sobre as térmitas que faz a distinção em relação a outras espécies para sensibilização ambiental e que será distribuído pelas câmaras municipais e juntas de freguesia. Também foi concluído, muito recentemente, um guia sobre as térmitas, que permite elencar um



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

conjunto de características sobre estas espécies que são importantes para a sensibilização ambiental. Deu nota que no ano de 2025 serão efetuadas nas diversas ilhas várias ações de sensibilização sobre as térmitas direcionadas à população. Em 2024, dando continuidade ao trabalho que havia sido feito, foram colocadas 924 armadilhas, estando recentemente a ser efetuada a sua análise, e em 2025 dar-se-á seguimento a estes trabalhos em todas as ilhas.

Relativamente ao SiRGIC, existiu uma fase de atividade muito intensa no início da sua implementação, mas neste momento já não há uma adesão tão grande como houve no início, o que é natural, porque todos, no início, quiseram inscrever os seus prédios. Darão continuidade ao trabalho a esse serviço, sendo certo que de futuro terão de decidir se este serviço passará a ser pago, porque houve um período de gratuidade e esse período de gratuidade foi útil porque levou a que as pessoas aderissem a este mecanismo. Haverá eventualmente a possibilidade de prorrogar o período de gratuidade, mas estão a analisar também a possibilidade de aderir aos balcões UBI, como existem a nível nacional, sendo uma questão que está a ser neste momento analisada. Caso seja para manter no sistema que tem atualmente, provavelmente irão fazer uma prorrogação, como já tinham anunciado publicamente, do prazo de gratuidade e eventualmente até o alargamento dos balcões aos postos da RIAC, no sentido de poder acolher mais inscrições e agendamentos para este serviço.

Relativamente ao sistema de alerta, está a ser desenvolvido o levantamento dos gateways, esse levantamento está a ser feito pela Global EDA, e quando estiver concluído, darão início. Inicialmente este projeto era para ter sido desenvolvido no âmbito do REACT-EU, mas devido a um conjunto de constrangimentos, infelizmente, não permitiu concluir dentro dos prazos, que era o final de 2023. Os constrangimentos são conhecidos, houve um incumprimento por parte do CIVISA na entrega dos levantamentos que tinham ficado definidos, e portanto houve a necessidade de reestruturar e passar este projeto para o âmbito do PO2030. Terminado esse levantamento dos gateways e também juntando com toda a informação que já tinham feito através dos serviços de ambiente e ação climática, irão lançar o procedimento para a aquisição e instalação dos equipamentos.

O Senhor Secretário Regional aproveitou para informar que o levantamento aerofotogramétrico que foi feito com varrimento LiDAR em todas as ilhas, neste momento está concluído, um investimento que ronda os 700 mil euros, que permitirá fazer cartografia temática de elevadíssima resolução como a Região nunca teve. Estando este processo concluído, darão início, agora, às próximas fases deste projeto.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No âmbito da primeira ronda, pediu a palavra a deputada Ana Jorge (PSD), que referiu ser claro no Programa do Governo que as alterações climáticas são uma prioridade máxima do Governo, solicitando ao Secretário Regional para este pormenorizar e reforçar quais as medidas e ações mais concretas, até porque fez parecer que existe um valor acrescido ao nível, por exemplo, do Projeto LIFE IP CLIMAZ, e portanto, a deputada gostaria de compreender melhor que medidas são essas e de que forma é que estão contempladas e que valor lhe está alocado.

Para responder à questão, o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática mencionou que efetivamente a mitigação dos efeitos das alterações climáticas e a adaptação da Região a esta nova realidade foi sempre, desde o início das funções do XIII Governo Regional dos Açores, uma prioridade máxima. Foi percorrido um caminho muito importante com a implementação do Programa Regional para as Alterações Climáticas, que agora será revisto e que tem como programa operacional de implementação extraordinário o Projeto LIFE IP CLIMAZ. Além disso, foi desenvolvido o roteiro para a neutralidade carbónica dos Açores, fizeram um conjunto de investimentos muito significativos para minimizar riscos inerentes às alterações climáticas, como obras de estabilização costeira, obras de requalificação das linhas de água, intervenções de desobstrução e desassoreamento. Revimos um conjunto muito vasto de legislação em relação a esta matéria, aprovamos o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, aprovamos o Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região, foi criado também o Regime Jurídico Financeiro de Apoio à Emergência Climática, que é um instrumento extraordinário de solidariedade para, quando os restantes sistemas de apoio após uma intempérie estão esgotados, poder apoiar as famílias que de um momento para o outro veem a sua vida dificultada, com estragos que têm sido cada vez mais frequentes. Há problemas nos Açores de ordenamento do território, aquilo que já está construído está construído, agora há que também apostar num novo ordenamento do território e afastar cada vez mais as pessoas das zonas de risco. Essa é uma das medidas fundamentais, para além de um conjunto de intervenções que têm de ser feitas ao nível da requalificação do ordenamento agrário e florestal, no sentido de criar condições de infiltração da água, de impedir o escoamento das águas de forma livre, porque isso resulta normalmente numa quantidade de água que as nossas linhas de água não estão preparadas para escorrer, não têm secção de vazão suficiente, havendo um conjunto de investimentos que têm que ser feitos.

O projeto LIFE IP CLIMAZ é importantíssimo porque é a ferramenta operacional que temos para implementar grande parte das medidas que estão no Programa Regional para as Alterações Climáticas. Neste caso em concreto, é normal que existam aumentos de investimento porque é um projeto que ainda está em fase de capacitação, é um projeto para 10 anos que se iniciou em



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

2021, portanto ainda está em fase de capacitação. Só a aquisição das 9 viaturas elétricas, pick-up, ascende a um valor aproximado de 600 mil euros, e, portanto, é normal que haja de um ano para o outro aumentos de investimento, ao contrário dos projetos que já estão no fim de vida, como sejam o Projeto LIFE BEETLES ou mesmo o Projeto LIFE IP AZORES NATURA, que já está numa fase mais avançada, grande parte da capacitação já foi feita e, portanto, os investimentos são para a implementação de gestão corrente e das medidas que faltam implementar. Para além destes 675 mil euros nas viaturas pick-up, há um conjunto de aquisições de serviços de monitorização de águas interiores e de transição, da aquisição de 9 estações meteorológicas e também das transferências de verbas que estão destinadas a alguns dos parceiros deste projeto. É um valor muito significativo, mas que se justifica pelo facto de se estar numa fase de capacitação dos serviços para a implementação do projeto e, com isso, trazer uma dotação mais elevada.

Para concluir a sua audição, o Secretário Regional deu nota que o projeto para capacitação dos serviços operacionais da Secretaria com meios próprios para fazer uma manutenção preventiva é também um projeto muito importante. A extensão da rede hidrográfica dos Açores é de mais de 7 mil quilómetros, com 727 bacias hidrográficas. A responsabilidade de intervenção está dividida: é dos privados quando se fala de linhas de água privadas, mas dentro dos aglomerados populacionais a responsabilidade é dos municípios, e fora é do Governo Regional. São necessários meios para fazer essa manutenção. Através do relatório de estado das ribeiras, anualmente fazem uma monitorização e hierarquização das intervenções mais urgentes, mas não podem estar dependentes das prestações de serviços, até porque, por vezes, não estão disponíveis, sendo necessário fazer uma ação preventiva e ter capacidade de resposta na sequência de intempéries.

Há um conjunto de projetos que são importantes, como a criação do Observatório Climático do Atlântico, a modernização da estação da Montanha do Pico, e os radares meteorológicos, que não são um investimento do Governo Regional dos Açores, mas que são uma pretensão da Região há muitos anos. A rede regional de radares meteorológicos, que neste momento já está numa fase bastante avançada, estará concluída e a transmitir dados até o final do ano, ainda que numa fase experimental. Todos estes mecanismos que têm sido criados dotam a Região de uma capacidade de monitorização e avaliação enorme, mas também de intervenção, quer preventiva, quer reativa na sequência de acontecimentos que, infelizmente, têm sido cada vez mais frequentes. O que se espera é que haja um contínuo agravamento, tanto ao nível da frequência quanto da intensidade, desse tipo de fenómenos meteorológicos.



Audição do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, disponível em [Parlamento Online - Audição do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, Dr. Paulo Estevão, iniciou a sua intervenção referindo:

“Apresento aqui aquele que é o programa para a comunicação social, para os media. Temos aqui previsto um programa de apoio à comunicação social no valor de 2 milhões de euros e, depois, temos também o financiamento de obrigações específicas do serviço público de notícias e televisão, ou seja, da RTP Açores, de 220 mil euros, o que soma 2,2 milhões de euros de apoio aos media.

O que é que se pretende fazer? Vou explicar muito sucintamente. O que pretendemos é implementar um plano para os media açorianos que será apresentado ainda este mês de novembro e que tem quatro vertentes. O primeiro é SIM, o nome do programa, é a primeira vez que eu estou a dizer publicamente, será o Sistema de Incentivo aos Media e que irá substituir o PROMEDIA. É um sistema com base tradicional dentro daquilo que eram o conjunto de apoios que têm vindo a ser promovidos quer pelo atual Governo, quer pelos governos anteriores, mas com uma majoração de muitos dos itens que estavam a ser apoiados. Depois terá uma segunda vertente, que é a vertente da publicidade institucional, em que vamos ter, de facto, uma publicidade institucional que será centralizada, organizada e implementada por parte da Secretaria dos Assuntos Parlamentares e Comunidades e que irá promover e executar um programa de publicidade institucional. Sabemos que o programa de publicidade institucional vai ter que ser gerido com um grande rigor para que nunca se confunda em nenhum momento com qualquer género de propaganda. Portanto, serão mesmo assuntos que serão definidos como institucionais e absolutamente neutros do ponto de vista político e ideológico.

Depois vamos ter um programa de assinaturas, que é a terceira vertente, de assinaturas para as escolas e IPSS, que vai ser também um programa que nós queremos que tenha abrangência regional e, portanto, que também permitirá uma utilização muito maior e uma grande divulgação dos diversos jornais de âmbito regional e de ilha, que serão distribuídos quer na ilha, quer também em algumas outras ilhas, conforme a tradição. Por exemplo, o Diário Insular tem uma tradição muito grande em São Jorge, portanto, não será distribuído apenas na Terceira, mas também na ilha de São Jorge, e estes e outros exemplos que vos poderia dar a este nível.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Depois vamos ter um quarto pilar deste plano para os media açorianos, que é a formação para jornalistas, que será contratualizada com o CENJOR e cujo protocolo será elaborado ainda no mês de novembro. Este programa de formação para jornalistas prevê duas formações por ano, se for necessário, com várias secções, ou seja, porque o número máximo será de 20 jornalistas. Portanto, se uma formação tiver uma grande adesão por parte dos jornalistas, teremos uma segunda inscrição para essa mesma formação. Vamos fazer uma durante o primeiro semestre, podendo ser desdobrada conforme o interesse que despertar junto dos jornalistas, e um segundo momento de formação no segundo semestre do ano. Isto será já implementado, obviamente, em 2025.

Como é que serão escolhidas as temáticas? O que se pretende, e é o desafio que se vai lançar, é que o CENJOR e o Sindicato dos Jornalistas da Região Autónoma dos Açores possam chegar a acordo sobre as matérias que têm interesse. Ou seja, o governo não terá qualquer tipo de intervenção na escolha das temáticas e, obviamente, também não estará presente nos momentos de formação e na seleção que irá ser feita, porque isto será feito a este nível com estas entidades. Portanto, o governo não terá qualquer tipo de intervenção nesta matéria, a não ser de facto criar as condições, quer em termos de infraestruturas que possam ser utilizadas, quer em termos do pagamento das ações de formação e também das deslocações, obviamente, dos jornalistas e do alojamento e refeições, porque estas ações de formação terão dois momentos: uma formação à distância online, mas terão sempre todas elas uma formação presencial.

Prevê-se um modelo de inscrições que permita que participem jornalistas de todas as ilhas em que existem órgãos de comunicação social a funcionar e também da diáspora. Ou seja, terão estas condições. Vamos ter jornalistas da Região Autónoma dos Açores.

Vamos garantir que os diversos jornalistas de várias ilhas estejam presentes e também que estarão jornalistas das diversas zonas da diáspora, como Nova Inglaterra, Califórnia, Bermuda e Brasil. Evidentemente, não será proporcional, haverá mais jornalistas da Região Autónoma dos Açores, mas vamos garantir que os jornalistas da diáspora possam também estar presentes nestes momentos de formação. O objetivo é não só que obtenham essa formação, mas que também, através desta participação conjunta com jornalistas da Região Autónoma dos Açores, possam estabelecer sinergias e um conjunto de interações que acreditamos serem muito benéficas para a circulação da informação entre a Região Autónoma dos Açores e os vários órgãos presentes na diáspora. Portanto, tem estas vertentes, este plano para os media açorianos.

Quero também referir que já garantimos junto do Governo da República que este plano será executado em simultâneo com a aplicação no território da Região Autónoma dos Açores do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

próprio programa nacional. Tive a oportunidade de me reunir com o Senhor Ministro para garantir que este plano será aplicado e que o conjunto de incentivos e apoios financeiros permitirá que ambos possam ser aplicados em simultâneo na Região Autónoma dos Açores. Posso-vos dizer, por exemplo, que há um conjunto de medidas e, além de termos articulado com o Governo da República a execução do programa também no território da Região Autónoma dos Açores, vamos garantir, através da nossa Secretaria dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, nomeadamente pela área da comunicação social, que os órgãos de comunicação social da Região Autónoma dos Açores terão todo o apoio logístico e jurídico necessário para que se possam candidatar, recebam toda a informação e possam aceder aos programas nacionais. Ou seja, vamos funcionar com um conjunto de meios que temos, facilitando a execução do programa na Região Autónoma dos Açores, colocando-os à disposição dos órgãos de comunicação social regionais para todas as dúvidas e apoio logístico que necessitarem para executar o programa nacional.

Vale a pena referenciar alguns pontos em que vamos apoiar. Dou-vos aqui alguns exemplos: prevemos apoiar a oferta de assinaturas digitais aos alunos do ensino secundário. Durante dois anos, os alunos podem escolher um órgão de comunicação social do qual serão assinantes e não pagarão nada durante esse tempo. Isso é bastante positivo. Já fizemos um levantamento dos alunos do ensino secundário que temos na região. Vamos fazer chegar essa informação a nível nacional, ou seja, queremos ser proativos, não vamos esperar que nos perguntem nada. Já fizemos o levantamento, temos 4485 alunos em condições de poder aceder a este programa. Vamos também publicitar nas nossas escolas, transmitir que existe esta possibilidade e preparar logisticamente as escolas e os nossos alunos para poderem aceder e não perderem esta oportunidade de ter assinaturas de jornais durante dois anos. Portanto, vamos ser proativos, remetendo informação a nível nacional e nas nossas escolas, ajudando à concretização do Programa Nacional.

Outro exemplo é o incentivo à contratação de jornalistas e à retenção de talento, que é uma medida muito positiva. Vamos divulgar junto dos jornalistas um programa de apoio ou incentivo à contratação do primeiro jornalista. Temos órgãos de comunicação social que não têm jornalistas. Só para terem uma ideia, a contratação de um jornalista com os apoios previstos significa o pagamento total de uma retribuição mínima obrigatória, igual ou superior ao nível remuneratório nível seis do quadro Nacional de Qualificações, que é 1120 €, totalmente paga durante o primeiro semestre, a 100% no segundo semestre, a 75% no terceiro semestre e 50% no quarto semestre. Ou seja, durante dois anos, uma despesa com um jornalista, o primeiro jornalista, atingirá quase 20000€ de apoio, um apoio muito significativo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Também vamos apoiar a distribuição de publicações periódicas para as zonas de baixa densidade populacional. Temos várias ilhas onde não chegam os jornais, e estamos a ser proativos. Vamos reunir com as entidades e empresas responsáveis pela distribuição para encontrar uma solução para os Açores, nem que tenha que ser o Governo dos Açores a contribuir para que essa solução chegue a todos os territórios periféricos e que haja distribuição de jornais em todos os concelhos dos Açores. Vamos participar neste programa para que ele tenha êxito no conjunto do país.

Há um grande conjunto de apoios de âmbito nacional. Há também um grande esforço de formação a nível nacional para jornalistas, no âmbito da inteligência artificial. O que vamos fazer para que os programas sejam complementares é prever nas nossas ações de formação o conjunto de formações que o sindicato dos jornalistas considerar adequado e que os seus sócios e jornalistas reivindicam. Não vamos ter formação regional sobre inteligência artificial, uma vez que queremos que se aproveitem os momentos de formação e oportunidades de formação a nível nacional. Vamos complementar, portanto, os jornalistas terão a formação regional, que será de diferentes âmbitos a definir pelo sindicato, e depois terão acesso também a essa formação em inteligência artificial, que será realizada na região. O mesmo se aplica a um conjunto de apoios de diversa índole que estamos a garantir.

Em relação à RTP Açores, há uma preocupação legítima junto da opinião pública, tendo em conta que se vão diminuir as receitas que o grupo RTP terá acesso devido à extinção da publicidade. Obviamente, isso irá provocar uma diminuição de receita no Grupo RTP, e também nos preocupou se isso poderia ter qualquer tipo de impacto, quer em relação aos meios que serão afetos à RTP Açores, quer em relação à própria autonomia e sobrevivência da RTP. Foi-nos garantido que se manterão os atuais níveis de autonomia e que o princípio que o Governo da República pensa aplicar é “menos Lisboa, mais Portugal” nas diversas componentes, quer no interior do país, quer no que diz respeito às ilhas. Esse fantasma está, por assim dizer, afastado, mas obviamente, é nosso dever, do Governo dos Açores e do Parlamento dos Açores, estar atentos, fiscalizar as ações e verificar se as palavras depois correspondem aos atos.

Abertas as inscrições, o Deputado Pedro Pinto pediu a palavra, referindo:

“Eu gostaria, em relação a tudo o que disse, de me centrar naquilo que diz respeito à distribuição ou ao acesso que os jovens estudantes terão à comunicação social. É importante, se queremos ter uma sociedade desenvolvida, que as camadas mais jovens da sociedade percebam onde podem procurar informação credível. Nos dias que correm, se perguntarmos a um jovem em idade escolar sobre um determinado tema, onde obtive a informação, um número significativo responderá que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

a fonte de informação provém de uma rede social. A nossa sociedade ocidental e, conseqüentemente, a nossa sociedade açoriana corre esse risco. Se não tivermos uma ação firme junto das camadas mais jovens, de modo a orientá-los na pesquisa de fontes de informação que sejam credíveis, os órgãos de comunicação social têm um papel muito preponderante e responsável no nível de democracia que temos nos Açores, no nosso país e na Europa Ocidental, onde nos inserimos. Sob esse ponto de vista, o que eu gostaria de esclarecer junto de Vossa Excelência é se esta assinatura gratuita que os jovens estudantes terão acesso será de órgãos de comunicação social regional ou se eles poderão optar por algum órgão de comunicação social digital de âmbito nacional?”

Às questões levantadas, o Senhor Secretário Regional respondeu:

“De facto, é uma preocupação combater a desinformação, que afeta gravemente o sistema democrático. É preciso garantir que as pessoas têm acesso à informação independente, com critérios éticos e de verificação, e responsabilidade de quem a produz. É muito importante na sociedade atual ter órgãos de comunicação social funcionando, exatamente porque eles, tendo toda a proteção constitucional, também têm um conjunto de exigências legais que garantem que a informação fornecida é credível. Só podemos ter sociedades democráticas se as pessoas decidirem com base em informação correta. Há quem não esteja interessado nisso e espalhe desinformação, desvalorizando o papel dos órgãos de comunicação social. Cabe-nos criar mecanismos para impedir que isso aconteça. Esta oferta de assinaturas é uma medida de âmbito nacional. O que posso dizer é ler o que está previsto para ser o mais exato possível. Na medida número 29 do plano nacional, a oferta de assinaturas digitais a alunos do ensino secundário diz: ‘a oferta de assinaturas de jornais digitais generalistas a todos os alunos do ensino secundário, público e privado’. Nos Açores, são 4485 alunos e, no conjunto do país, são 400.000, com duração de dois anos. Portanto, a expressão é ‘jornais digitais generalistas’.”

Seguidamente, o Deputado Paulo Simões usou da palavra, referindo:

“Começo por salientar e parabenizar o governo regional por olhar para os apoios à comunicação social e alterar um apoio que já vinha de há uns anos, tendo sido útil e cumprido o seu serviço, mas carecia de uma revisão aprofundada. Desde logo, esta questão que o senhor deputado Pedro Pinto também já referiu de apoiar a leitura dos mais novos, porque se temos problemas de informação e desinformação, esses problemas começam nas escolas. O que não invalida que noutras matérias as próprias escolas se possam pronunciar sobre a aprendizagem da leitura crítica das notícias, e isso é muito importante. Mas é tão importante quanto as escolas terem acesso aos



jornais. Esta é uma medida que me parece adequada. Coloco agora uma questão que tem a ver com o apoio à publicidade. Uma das lacunas do PROMEDIA foi a de ser um apoio mais direcionado para a imprensa escrita, em detrimento das rádios, que sempre foram um parente um pouco mais pobre dos apoios dados ao longo dos anos. A minha pergunta é muito direta: este apoio à publicidade vai contemplar as rádios regionais? Já está pensado como vai funcionar para que as rádios não continuem a ser o parente pobre dos apoios à comunicação social nos Açores? Só uma chamada também, Senhor Secretário, os 2 milhões que a RTP vai perder em publicidade, creio eu que essa verba nunca foi transferida para a RTP. Se for uma parte dessa verba, são verbas que ficam na casa mãe em Portugal continental.”

O Senhor Secretário Regional respondeu:

“Sim, efetivamente o governo reconhece que as rádios têm sido o parente pobre dos apoios institucionais concedidos pela autonomia açoriana. Pretendemos reverter essa matéria. Compreendemos que o anterior governo da coligação e os governos anteriores tinham uma limitação legal, pois estes programas não podiam contemplar publicidade institucional por questões legais. A publicidade institucional nunca esteve nos programas porque não podia estar, e por isso foi criada agora esta vertente. É difícil, sabemos que é um terreno perigoso, por isso estes apoios não podem ser governamentalizados. A construção destes programas tem de ser uma questão de sistema automático do nosso sistema político autonómico, não pode ser de forma nenhuma instrumentalizado pelo Governo ou qualquer outra força política, porque estamos a falar na comunicação social, uma área sensível.

Nós compreendemos que seja agitado esse fantasma de controlar a comunicação social. As pessoas que fazem este tipo de crítica estão, na verdade, criticando a independência e o carácter dos jornalistas, porque os jornalistas dos órgãos públicos são financiados pelo Estado e isso não coloca em causa a sua independência. O mesmo se aplica aos órgãos de comunicação social, aos agricultores, aos pescadores e às várias atividades que são apoiadas, sem que isso coloque em causa a independência das pessoas. Por isso, temos consciência de que estes programas só funcionam se tiverem um amplo apoio dentro do sistema político, que tem de ser suprapartidário e não governamentalizado. Estes programas terão essa vertente de consulta permanente às diversas forças políticas, de forma que o programa seja controlado pelo conjunto do sistema e fiscalizado pelo sistema político açoriano. A questão da publicidade institucional permitirá dar, pela primeira vez, uma resposta efetiva às rádios, porque a publicidade será feita na televisão, nos jornais e também nas rádios. As rádios terão essa possibilidade, e isso é uma fórmula para ultrapassar os condicionalismos e o desequilíbrio nos apoios que privilegiaram os jornais e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

significaram um apoio muito menos significativo para as rádios. Reconhecemos esse problema e que, de facto, foi isso que sucedeu.

De seguida, o Deputado Berto Messias pediu a palavra para referir:

“Eu não tenho propriamente uma questão direta para lhe colocar, tenho sim um comentário mais genérico, tendo em conta aquela que foi a sua apresentação inicial. A verdade é que é difícil para nós podermos apreciar em concreto aquilo que será a estratégia do Governo a implementar no próximo ano nos apoios diretos aos órgãos de comunicação social, tendo em conta que o programa que acaba de anunciar será consubstanciado em letra de lei, através de um decreto legislativo regional que todos teremos oportunidade de apreciar aqui na respetiva comissão parlamentar e no Parlamento. Portanto, aquilo que o senhor Secretário aqui traz é a declaração de intenções em nome do Governo relativamente àquela que é a estratégia do Governo sobre esta matéria. Ficamos a saber que a intenção é utilizar como base central do novo programa de apoio aquilo que consta atualmente no PROMEDIA, com um conjunto de majorações e especificações. Relativamente a isso, teremos que aguardar que esse diploma aqui chegue para que o possamos apreciar e dar nota das nossas exposições e contributos relativamente a essa matéria. No que se refere à publicidade institucional, essa é, de facto, uma matéria importante e relevante, mas que não deve ser confundida com o seu principal conceito. A atribuição de publicidade institucional, na nossa perspetiva, não deve ser vista como a concessão de um apoio, mas sim como a prestação de um serviço por parte do órgão de comunicação social à região. E julgo que dessa forma deve ser a abordagem correta, até porque existe já atualmente na região um quadro legal relativamente a essa matéria, que exige que seja publicitado periodicamente o relatório sobre a publicidade institucional que todos os departamentos do governo e até as autarquias locais utilizam. Relatório esse que tem que ser remetido periodicamente ao Parlamento, cumprindo todos os pressupostos de escrutínio fundamentais nessa matéria. Relativamente aos apoios, verificamos o valor que o governo consagra no plano de investimentos para esses apoios, cerca de dois milhões de euros. Cá estaremos para apreciar o diploma apresentado a este Parlamento em breve. Disse o Senhor Secretário que em novembro seria tornado público aquilo que constará nesse diploma, e cá estaremos para apreciá-lo e ver de que forma e em que medidas o Governo pretende aplicar e implementar esses apoios.

Partilhando também as perspetivas do Governo relativamente a essa matéria, dizer-lhe, Senhor Secretário, que o senhor refere um conjunto de medidas e de apoios nacionais que também serão aplicados aqui na nossa região. Permita-me dizer-lhe, para terminar nesta primeira intervenção, que não se deve comover com a bonomia do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares



relativamente à RTP Açores. É certo que as questões relacionadas com a RTP Açores não têm impacto direto no plano de investimentos, e nós certamente teremos outras oportunidades de discutir RTP Açores no Parlamento e na Comissão, que terá também a obrigação de apreciar o relatório anual dos membros do Conselho de Opinião da RTP e do plano de atividades do próprio Centro de Produção Regional da RTP Açores. Todos nós nos lembramos das afirmações e vontades muito infelizes de antigos governos do PSD que queriam fazer da RTP Açores uma mera janela de transmissão de 4 horas, o que suscitou um movimento cívico muito relevante e importante na nossa região, com o envolvimento dos vários partidos políticos com assento neste Parlamento, que impediram essa ideia simplista de fazer da RTP Açores uma mera janela de transmissão. Isso seria uma machadada tremenda na coesão territorial e no papel histórico que a RTP Açores tem e que é comumente conhecido e entendido por todos. É certo que há uma estratégia nova para a RTP, e pode dizer-se que a estimativa dos 2 milhões de euros de receita que eventualmente deixarão de existir seria receita publicitária nacional. Mas a verdade é que abdicar dessa receita pode implicar um conjunto de reestruturações que tenham impactos também nos centros de produção regionais e no caso da RTP.”

Portanto, aquilo que posso dizer em nome do Grupo Parlamentar do PS, e espero e acredito que teremos também essa perspetiva da parte do governo regional, é que não baixemos a guarda e que nos mantenhamos atentos relativamente a este processo de reestruturação da RTP, que, na nossa perspetiva, numa primeira abordagem, não faz qualquer sentido e que pode ter, de facto, impactos na nossa região. Porque volto a dizer, nós não nos esquecemos da agenda que existia no anterior governo do então Ministro da Presidência, Miguel Relvas, que queria fazer da RTP Açores uma janela de transmissão muito reduzida, comparativamente àquilo que temos hoje. Portanto, o movimento cívico que na altura se gerou e se criou, Unidos pela RTP, teve os seus frutos, felizmente. Devemos, pelo menos, mantermo-nos atentos e não nos comovermos com a bonomia do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares numa reunião consigo. Resumindo, relativamente aos apoios para o próximo ano, temos aqui a intenção do governo regional e o valor que está definido no plano de investimento. Mas a verdade é que teremos de aguardar por aquilo que será consubstanciado em letra de lei no diploma, no caso do decreto legislativo regional, que vai materializar esses apoios. Cá estaremos para, no âmbito das nossas competências enquanto grupo parlamentar, conversarmos e darmos os contributos que acharmos por bem.”

O Senhor Secretário Regional respondeu:

“Agradeço a reflexão que o senhor deputado Berto Messias partilhou connosco, que é uma reflexão muito válida, obviamente, porque além de toda a experiência parlamentar que tem,



também tutelou este setor e, portanto, tem um conjunto de experiências acumuladas que são importantes para o Governo e que o Governo ouve com atenção.

Da nossa parte, obviamente, valorizamos o facto de o Partido Socialista ter apoiado o programa de apoio extraordinário à comunicação social, que foi aqui aprovado, com um apoio de 480000€, tendo inclusivamente introduzido alterações ao diploma que nós consideramos que enriqueceram o diploma. Portanto, é a forma de trabalho que continuamos a querer manter no âmbito do programa que vamos apresentar, que será discutido em Comissão e que estamos absolutamente disponíveis para recolher contributos por parte de todos os partidos e, neste caso, do Partido Socialista. Sabemos que o Partido Socialista privilegia o apoio à comunicação social e a manutenção da comunicação social como um fator muito importante para a vitalidade da democracia. Sabemos que partilhamos estes valores, partilhamos esta visão e agora é criar o instrumento que possa corresponder de forma eficaz ao que pretendemos atingir. O que pretendemos atingir é que a sobrevivência dos órgãos de comunicação social e o serviço extraordinário que prestam à democracia nos Açores e no conjunto do país sejam garantidos. Portanto, vamos manter esta forma de trabalhar.

Em relação àquela que é a visão do senhor deputado Berto Messias sobre o que deve ser a publicidade institucional, que deve ser sobretudo considerada, em primeiro lugar, como uma prestação de um serviço, concordamos em absoluto. Também concordará comigo, Senhor Deputado, que esta prestação do serviço deve ser paga, e é isso que pretendemos fazer, ou seja, contratar a prestação de um serviço e garantir que o mesmo seja devidamente pago.

Em relação à questão da RTP Açores, que levantou sobre a sua autonomia, manutenção da sua integridade em termos de funcionamento e também em relação ao seu financiamento, eu tive o cuidado, na minha primeira intervenção, de dizer que estarei vigilante. Ou seja, o governo regional estará vigilante em relação a estas temáticas. Sabemos que depois criam-se várias circunstâncias, às vezes há esquecimentos. Percebemos isso, portanto, nada melhor do que estar muito atento a tudo o que se passa e estar permanentemente fiscalizando aquilo que acontece. Fiscalizando não é a terminologia adequada, mas estar atento àquilo que vai acontecendo e de que forma estes programas de apoio nacional estão a ser executados.

Como lhe disse, Senhor Deputado, nós temos uma postura proativa. Não estamos à espera que o Ministério nos pergunte quantos alunos do ensino secundário temos e onde estão. Nós vamos dizer-lhes quantos alunos do ensino secundário temos e onde estão. Ninguém nos perguntou ainda, mas já estamos a fazer, já estamos a produzir essa informação e também estamos a



sensibilizar as nossas escolas e os nossos alunos. Vamos fazer esse trabalho para que este programa seja aproveitado, porque o problema dos programas nacionais é que existem, mas a queixa que tive a oportunidade de recolher junto da comunicação social é que são muito complexos. O seu acesso até ao momento tem sido muito complexo e muita gente desiste devido ao intrincado burocrático. Portanto, a primeira coisa que nos lembramos de fazer foi dar o apoio logístico para aceder aos programas nacionais e, em segundo lugar, dar o nosso próprio contributo no sentido de permitir que o programa seja devidamente divulgado e aproveitado. Não podemos desperdiçar o conjunto de meios nacionais que podem ser utilizados pela Região Autónoma dos Açores, pelas nossas escolas, pelos nossos alunos e outras entidades, como os órgãos de comunicação social. Por exemplo, há uma medida em relação à formação dos gestores dos órgãos de comunicação social, no sentido de melhorar a gestão desses órgãos. Acho essa medida importante também para nós. Temos a certeza de que as medidas vão ser aplicadas aqui, mas vamos também divulgá-las. Vamos fazer tudo para que os diversos agentes interessados possam utilizá-las. Realmente, existir uma formação específica para os gestores dos órgãos de comunicação social, no sentido de melhorar a forma como gerem esses órgãos, é importante, tendo em conta a situação em que se encontram. Todos nós temos muito a aprender, todos nós temos muito a melhorar nas práticas de gestão. Portanto, essa formação não é só para os jornalistas, mas também para os gestores.

É mais uma novidade que o programa nacional tem e que queremos que seja implementado. Mais uma vez, não vamos ficar à espera, vamos publicitá-lo, vamos sensibilizar os órgãos de comunicação social para que possam aproveitar esses recursos nacionais. Muitas vezes, o que tenho reparado em várias áreas é que os apoios nacionais, por inércia, por estarem distantes ou por distração, não são devidamente aproveitados. Vamos tentar que este programa seja devidamente aproveitado na região, em complemento ao nosso. Para terminar, dizer que tivemos que redesenhar o nosso programa porque há alguns apoios em que há um apoio, imaginem, de 20 ou 30% em relação a determinado item. Então, o que fizemos foi colocar mais 50 ou 60% para que o apoio possa ser complementar. Se tínhamos um apoio, imaginem, de 80%, era uma parte, pelo menos 10%, que se iria desperdiçar do apoio nacional. O que queremos é aproveitar integralmente o apoio nacional. Portanto, os nossos apoios foram redesenhados para que, em complemento com o programa nacional, possam atingir o grau máximo de extensão e o apoio nacional possa ser aproveitado a 100%.”

No uso do seu direito de réplica, o Deputado Berto Messias mencionou que:



“Quero referir duas das últimas questões que o Senhor Secretário referiu. Em primeiro lugar, reiterar, e vejo que estamos alinhados nesse propósito, que é fundamental que nos mantenhamos atentos e que possamos usar todos os instrumentos e parcerias institucionais à nossa disposição, desde logo com os nossos representantes na Assembleia da República do Partido Socialista, do PSD, da Coligação e também do Chega.

Relativamente à questão da RTP, acho e entendo que essa é uma matéria sobre a qual devemos ter grande atenção, porque a agenda subjacente à reestruturação que se pretende fazer na RTP SA pode ter, de facto, impactos e contornos negativos para uma região como a nossa, tendo em conta o papel que tem uma instituição como a RTP. Não nos devemos deixar embarcar naquelas teorias e narrativas de café, que dizem que cada vez se vê menos a RTP Açores e que as pessoas já não veem. Tudo isso ajuda a construir uma narrativa prejudicial para a instituição RTP e aquilo que ela representa para uma região como a nossa e que tanto nos tem dado. A história contemporânea dos Açores confunde-se com a história da RTP Açores, e ainda bem que assim é. Tudo aquilo que tem permitido aos açorianos, nós não podemos, nem devemos, baixar a guarda relativamente a essa matéria. Vejo que estamos alinhados nessa preocupação, e é importante que isso possa ser cada vez mais formalizado do ponto de vista institucional. Aconteça o que acontecer na reestruturação nacional da RTP, o centro de produção regional da RTP Açores não deve ser beliscado e deve, pelo contrário, ter os seus meios reforçados, quer do ponto de vista de equipamentos, quer do ponto de vista de recursos humanos. Essa deve ser uma preocupação permanente de todos nós.

A segunda questão tem que ver com aquilo que referiu relativamente aos apoios nacionais. De facto, porque tive responsabilidades diretas, permito-me uma referência pessoal sobre essa matéria. Na altura, quando tínhamos os incentivos de Estado, apoios nacionais que eram cumulativos com os apoios regionais, tivemos que afetar uma pessoa que lidava com a comunicação social permanentemente, precisamente para ajudar a decifrar e a construir as candidaturas aos incentivos de Estado, que eram extremamente burocráticas e complexas. Em órgãos de comunicação social ou empresas de comunicação social de menor dimensão, com poucos meios, era difícil conseguir decifrar todas aquelas candidaturas. Houve várias empresas de comunicação social regional que concorreram a esses incentivos de Estado, e ainda bem que assim foi. Portanto, realçar que é importante que haja essa disponibilidade do Governo de apoiar as empresas de comunicação social nesta perspetiva logística e administrativa, que, parecendo que não, tem a sua complexidade e pode fazer muita diferença, sobretudo nas empresas mais



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

pequenas das ilhas mais pequenas, que vêm aqui boas fontes de apoio para o desenvolvimento da sua atividade.

Para terminar, Senhor Presidente, Senhor Secretário, dizer que cá estaremos aguardando o diploma que será entregue em breve a este Parlamento para que possamos fazer a apreciação e dar os contributos que entendermos necessários sobre aquilo que passará a consubstanciar os apoios públicos à comunicação social privada na nossa região. Obrigado.”

Em resposta às questões levantadas pelo Deputado Berto Messias, o Senhor Secretário Regional respondeu que concorda com a intervenção que foi feita e, portanto, subscreve.

Na segunda ronda, o Deputado Paulo Simões pediu a palavra para voltar a deixar algumas questões, referindo:

“Senhor Secretário Regional, também vou exercer aqui a figura de estilo do senhor deputado Berto Messias de fazer mais um comentário do que uma questão. Eu percebo a questão da narrativa de que a RTP não é vista. A perceção de quem anda na rua é o contrário, de facto a RTP é vista, há momentos que são muito vistos, o que reforça o papel que a RTP Açores deve e pode ter. Isto vai entroncar na questão dos meios humanos e materiais que são necessários. O PSD comunga da preocupação de que temos que ter um centro de produção regional da RTP sólido e com os meios necessários para fazer mais e melhor, não esquecendo também a questão da legalização dos trabalhadores da RTP Açores, que devem estar todos conforme as regras laborais. A RTP Açores, de facto, é vista. Há momentos, e quando falo em momentos, falo em programas específicos, para além do telejornal, que sem qualquer registo de audiência, mas de forma empírica, a opinião pública, a Vox Populi, é de que a RTP, de facto, tem muita audiência nos Açores e continua a ser um fator determinante na união dos açorianos. O PSD está ao lado da importância da RTP Açores e do esforço que possa ser feito para que o serviço público de rádio e televisão, não apenas de televisão, mas rádio e televisão, seja mantido. Em questões de catástrofes e tragédias, mais até do que a televisão, é a rádio que mantém os Açores informados e os açorianos informados. Daí a importância de nunca esquecermos também a rádio. Desculpe estar a insistir na rádio, mas a rádio tem sido por vezes esquecida.”

O Senhor Secretário Regional respondeu:

“Bem, eu concordo com a intervenção. Da parte do governo, temos essa visão. Aliás, noutras funções bati-me muito para que os plenários do Parlamento fossem transmitidos, e tenho essa informação de que é o programa mais visto neste tempo. Portanto, só por aí podem ver o impacto



que tem. Esta semana de plenários é vista por muita gente, mas não só nos Açores. Já tinha essa percepção como deputado quando me desloquei junto da diáspora e agora como governante. Há um conjunto enorme de açorianos na nossa diáspora que às vezes ficam até horas, até à meia-noite, para poderem ver o telejornal e os trabalhos do parlamento. Veem muito a RTP Açores, é de facto muito vista não só na Região Autónoma dos Açores, mas também em toda a nossa diáspora. É incrível. Se tiverem essa experiência, quem vá à Califórnia, à Nova Inglaterra, os políticos açorianos são conhecidos no meio da América, são reconhecidos. As pessoas conhecem, obviamente, porque veem RTP Açores. Portanto, tem um grande impacto, muito mais que nesta região, não é com os 39000 habitantes, muito mais também em todo o mundo açoriano. Muita gente vê a RTP Açores, vê um grande conjunto de programas. Tenho esta informação: interessam-se por política, veem política e gostam de ver os trabalhos dos plenários e os posicionamentos dos diversos partidos políticos.

Dizer também que da parte do Governo existe essa preocupação. Vejam que o apoio é de 220 mil euros por parte do Governo. Mas este apoio tem de ter um limite porque não podemos substituir-nos ao Estado. Isto é uma responsabilidade do Estado, não podemos substituir-nos ao Estado em nenhum setor porque seria um erro para a região.

O Estado central ficaria muito contente se nós substituíssemos o seu papel no âmbito do financiamento da Universidade dos Açores, no âmbito do financiamento da RTP Açores, tudo o que nós pudéssemos financiar, ficariam contentíssimos por não terem de fazer a sua parte, seja qual for o Estado central. Portanto, também não podemos cair no erro de nos substituir ao Estado central e aquilo que são as suas obrigações do ponto de vista constitucional e dos setores que eles devem pagar e que são da responsabilidade do Estado.

O que nós podemos fazer é aquilo que estamos a fazer, que é ser complementares. Este apoio de 220 mil euros significa que nos preocupamos também com a RTP Açores e que estamos a contribuir com um programa complementar, mas a obrigação continua a ser do Estado. Como disse, vamos estar muito atentos a tudo o que diga respeito à RTP Açores, vamos acompanhar de perto e vamos estar sempre em diálogo com o Governo da República para que a autonomia da RTP Açores seja absolutamente respeitada e para que exista não uma diminuição, mas sim um reforço de meios.



Audição do Senhor Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, disponível em [Parlamento Online - Audição do Senhor Secretário Regional da Agricultura e Alimentação - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

O Senhor Secretário Regional da Agricultura e Alimentação iniciou a sua intervenção referindo que:

“É sempre uma satisfação vir aqui à Comissão para prestar contas e esclarecimentos sobre os instrumentos de planeamento para 2025, ou seja, o plano e o orçamento para a agricultura e alimentação. Em concreto, falamos das políticas agroambientais e, em especial, do bem-estar animal. Serão essas as duas temáticas às quais me cingirei.

Uma apreciação global sobre o Plano e Orçamento para 2025: este plano contempla a maior dotação orçamental de sempre para as diversas áreas de agricultura, alimentação e bem-estar animal. São 78 milhões de euros, mais 9,2 milhões de euros do que em 2024, o que perfaz um acréscimo de 14,3%. Estamos, portanto, perante a maior dotação orçamental de sempre na história dos Açores.

No que diz respeito às questões ambientais, as nossas políticas para o agroambiente contemplam um conjunto de objetivos que, se me permitem, irei numerar para depois passar à materialização e aos resultados dessas mesmas políticas públicas.

Por um lado, pugnamos pela sustentabilidade agroprodutiva, por uma agricultura de baixa produção de carbono e incentivo à sua retenção, pela promoção da economia circular na agricultura, pela bioeconomia aplicada, pela formação para a naturalidade dos alimentos, pelo acompanhamento e conservação dos solos, pelos pagamentos compensatórios agroambientais e pelo investimento em recursos hídricos. Pugnamos ainda por mais qualificações comunitárias, ajustadas às condições edafoclimáticas dos nossos nove territórios, pelo combate ao desperdício alimentar, por uma agricultura de precisão dedicada, sem desperdício dos meios e recursos endógenos, e também pela melhoria do rendimento dos açorianos que se dedicam à produção de agroalimentos, tendo na sua ação e no seu planeamento as questões agroambientais.

Que políticas públicas e que resultados temos vindo a ter no âmbito da Secretaria da Agricultura e Alimentação? Desde logo, uma agricultura biológica, com um crescimento de 3.000 hectares em 3 anos, um POSEI com majorações para a pecuária biológica, nomeadamente nos apoios referentes ao abate de bovinos, ao prémio à vaca leiteira, ao litro de leite produzido, um POSEI com majorações no âmbito da produção vegetal biológica, com majorações, nomeadamente na



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

horticultura, na fruticultura e na produção de banana. Reabrimos a novos produtores as candidaturas às medidas agroambientais e agricultura biológica e repusemos os montantes diminuídos nas ajudas compensatórias. Apoiamos em 70% as despesas com a certificação dos sistemas produtivos em modo de produção biológico, incentivamos a existência de pastagens biodiversas, com o apoio de 50% na compra de sementes de trevo, principalmente de trevo, mas a abrangência é leguminosa, que tem sido contemplada e abrangida em mais de 1.000 hectares de pastagem nos Açores. Apoiamos em 80% a compra de sementes de milho e de sorgo e, como tal, batemos o novo recorde na nossa área de produção de milho, são mais de 14.000 hectares, o que significa uma diminuição da importação de energia alimentar animal, com ganhos ao nível do ambiente.

Foi implementado um programa para a naturalidade dos alimentos, que vai na sua 3ª edição e este ano já percorreu cinco ilhas, com mais de 1.000 participantes, mais de 50 ações de formação, não só para produtores, mas também para consumidores, fechando assim o ciclo completo desde a produção ao consumo.

Melhoramos o programa de análise de solos. Disponibilizamos uma política de reconversão da bovinocultura de leite para a bovinocultura de carne em quatro ilhas (São Miguel, Graciosa, Terceira e Flores) onde foram abrangidas mais de 1.101 explorações em 3 anos, com a atribuição de 5.719 direitos de vacas aleitantes.

Foi ainda criada uma medida para a diminuição voluntária da produção de leite para as ilhas de São Miguel, Graciosa e Terceira, contemplando 528 produtores em 2022 e 460 produtores em 2023, ou seja, uma reconversão de leite para carne, havendo menos pressão sobre os nossos recursos endógenos. Estamos a construir novas medidas de cariz agroambiental, como a agricultura regenerativa, isentrópica e outras práticas de naturalidade no programa PEPAC. Existem mais qualificações comunitárias, como a carne Ramo Grande DOP, o alho da Graciosa IGP, a manteiga DOP e estamos a preparar o caderno de certificações para o Borrego de Santa Maria e o nabo da terra de Santa Maria. A produção de carne IGP aumentou 11% em 2023 comparativamente a 2020. Aumentamos o apoio por animal à raça autóctone Ramo Grande em 25% e criamos apoios à raça autóctone da Catrina, uma vez que as raças autóctones têm um ajustamento ao território e às condições edafoclimáticas históricas.

Estamos a realizar a experimentação de pastagens leguminosas na Graciosa. Incentivamos a recuperação dos olivais na ilha Terceira e de figueiras na ilha do Pico, que são espécies adaptadas, e temos neste plano uma ação específica sobre as perdas de desperdício alimentar, ou seja,



queremos sistemas alimentares que sejam nutricionais, sustentáveis, saudáveis, inclusivos e resilientes.

No que diz respeito às questões de bem-estar animal, saliento algumas ações. Desde logo, a ação 7.1.25 referente ao Provedor Regional do Animal, cujo Decreto Regulamentar Regional está já para publicação. Depois, a ação 7.2.1 que se refere ao Agroalimentação, Clima e Agricultura Biológica, com uma dotação de 11 milhões de euros. A ação 7.2.4 que se refere ao bem-estar de animais de companhia, errantes e sua etologia. Acrescentamos aqui etologia porque nem todas as raças têm o mesmo comportamento e o bem-estar animal deve estar ajustado aos comportamentos das raças. A ação 7.2.32 refere-se ao programa de identificação e esterilização de animais de companhia, com os centros de recolha, com uma dotação de 200 mil euros. A ação 7.2.33 refere-se aos cuidados médico-veterinários para animais de companhia. A ação 7.2.3 refere-se ao melhoramento genético e ao bem-estar animal, que tem um reforço de 200 mil euros e que está relacionado com o selo de bem-estar animal para as explorações agropecuárias. A ação 7.2.7 refere-se à GeoBio Ocidental, que se dedica especificamente à agricultura biológica no grupo ocidental, e a GeoBio Graciosa, na ação 7.2.17, que também tem uma componente de tornar toda a agricultura na ilha Graciosa em modo de produção biológica. A ação 7.2.8 refere-se à economia circular. A ação 7.1.12 refere-se às infraestruturas de apoio à segurança alimentar e à saúde animal, que têm a ver com políticas ambientais e de prevenção, tanto do ambiente como da saúde humana. A ação 7.3.6 refere-se às estruturas de apoio à agricultura, em especial ao bem-estar animal a serem construídos em algumas ilhas. Ainda, a ação 7.2.5, no âmbito da sanidade e proteção das culturas. A ação 7.2.24 refere-se ao acompanhamento e monitorização do controle de pragas agrícolas, que sofre um acréscimo de 150%, ou seja, mais 300 mil euros para o combate das pragas e, portanto, também no âmbito da prevenção ambiental. A segurança alimentar e sanidade animal, com um acréscimo de 3%, são 2,9 milhões de euros para os planos de controle e erradicação.”

Seguidamente, a Senhora Deputada Patrícia Miranda pediu a palavra para intervir, referindo que “quando analisamos um plano de investimentos para um setor tão importante como a agricultura, há determinados aspetos que nós temos de ter sempre em consideração e ter muito presentes no nosso discurso. O Senhor Secretário falou em alguns dados que são de facto muito importantes, alguns valores e ações que são determinantes para o sucesso do nosso setor. Uma das medidas que mencionou diz respeito ao apoio e à aquisição de sementes e falou na questão dos hectares. É de facto uma glória para os Açores ter neste momento mais de 14 mil hectares em produção de milho, mas eu gostava de lhe lembrar que em 2020, a produção de milho nos Açores já era de



13.739,5 hectares. O que o Senhor Secretário está a dizer é que em 4 anos, aquilo que este Governo, com as suas políticas, conseguiu aumentar na produção de milho foi 300 hectares de terra, o que representa cerca de metade de um campo de futebol.”

Continuou referindo que “o facto é que não basta só anunciar as medidas para o sucesso de uma prática, é também preciso salvaguardar todos os seus constrangimentos e um deles, um dos constrangimentos à produção de milho, são as pragas, nomeadamente o aumento de ratos, quer na altura da sua sementeira, quer na altura da sua colheita. Nós todos sabemos que o aumento de pragas nos Açores é visível, o aumento de ratos tem tido relevância importante, desde 2022 que o problema vem assumindo dimensões deveras preocupantes. Isto também tem um impacto na saúde pública, nomeadamente nos casos de leptospirose, e aqui também aproveitava para lhe perguntar se o Senhor Secretário tem em mente o aumento da incidência do número de casos de leptospirose no último ano. Outra questão que também gostava de colocar era quais foram as medidas de proteção das culturas e de controlo de pragas implementadas em 2024 e quais são aquelas que serão implementadas em 2025. Perguntar-lhe também que ações foram desenvolvidas para apoiar os agricultores pelos prejuízos que estas pragas causaram em 2024 e que apoios estão desenhados para colmatar estas questões em 2025. Perguntar-lhe também, em que fase está a desratização rua a rua, que o Senhor Secretário referiu na apresentação do último plano e orçamento e que, de facto, é relevante para nós percebermos como é que 2025 vai arrancar com este plano, porque de facto, aqui o essencial é uma ação concertada entre todos. Não são só os agricultores que têm de fazer a sua parte, porque já a fazem mesmo com todos os custos e dificuldades que lhes acrescem, é também responsabilidade nossa, do público em geral, do governo, das autarquias e de todos aqueles que podem colaborar. Outra questão que também lhe gostava de colocar diz respeito à Comissão de Gestão Integrada de pragas e Roedores, perguntar-lhe, neste momento, quem é o novo Coordenador desta Comissão.”

O Senhor Secretário Regional respondeu que “a área de produção de milho tem vindo a aumentar e foi mais de mil hectares, comparativamente a 2018. Eu nunca esperei ver o PS, que não conseguia aumentar a área de produção de milho regional, dizer que a nossa área de produção, que aumentou, é pouco. Ora, chegamos ao ponto em que a crítica é dizer que é pouco, quando se fez menos nas governações do PS, mas também quando se cortava no apoio à área de milho, com um corte de 50% no apoio. Anunciava-se 50 euros por alqueire e pagava-se 25 euros, ou seja, cortava-se metade do apoio que se anunciava à produção da área de milho.

Referiu ainda que, o PS cortava, por ano, 16 milhões de euros aos apoios aos agricultores e 50% do apoio que cortava era na área da produção de milho. Portanto, estamos perante um PS que,



para além de não ter feito melhor do que nós, cortava e ainda diz que o que aumentamos é pouco. Peço desculpa, mas criticar por estarmos a fazer melhor quando se fez pior, quando se cortou nos apoios, quando se produziu menos, é politicamente hilariante. É preciso não ter hipocrisia política e, de algum modo, ter alguma moralidade política no sentido de criticar quando se fez pior. As governações do PS fizeram o pior, não apoiavam a produção de milho, cortavam metade daquilo que era o apoio, enganavam os agricultores quando anunciavam 500 euros por hectare e pagavam apenas 250 euros. O agricultor, quando fazia a candidatura, pensava que ia receber 500 euros e afinal recebia 250 euros. Isso é enganar os agricultores.

Relativamente à questão das pragas para o próximo ano, de facto, um aumento de 150% para o combate às pragas é algo que tem vindo a preocupar. Recordo que foi o PSD que apresentou nesta casa uma resolução, da qual fui o primeiro subscritor, para que se criasse um plano de gestão de pragas. Foi a partir daí que se criou um plano de gestão de pragas nos Açores, porque antes não havia, e foi aprovado e criado o plano de gestão pelo Governo do PS, mas fomos nós que demos o primeiro passo relativamente a essa questão.

O aumento daquilo que são as disponibilidades, em toneladas de rodenticida, aumentou este ano. Neste momento, dependendo da ilha, como a Graciosa e São Jorge, que estão a fazer uma desratização local a local, São Miguel são as juntas de freguesia e nas outras ilhas são os Serviços de Desenvolvimento Agrário, não há falta de rodenticida em nenhuma ilha. Em colaboração com as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, não há falta de rodenticida em nenhuma ilha e está a ser disponibilizado rodenticida para todos os agricultores. E é a segunda vez no ano que está a ser disponibilizado.

Foi criada uma aplicação, divulgada nas redes sociais, RDP e RTP, de responsabilização ao combate das pragas, porque o combate das pragas faz-se com a responsabilização de todos e basta um falhar para não conseguirmos, de facto, o combate na íntegra e na totalidade. As associações agrícolas estão a participar, a Federação Agrícola está a participar, estamos todos a participar naquilo que é um combate de facto, rua a rua.

Com este aumento de verba estão previstas ações, de facto, nas ilhas onde não existe uma desratização rua a rua para que aconteça este inverno. Qualquer ação de desratização tem de ter determinados cuidados ambientais e de proteção das aves. Não podemos fazer como se fazia nos anos 80, que era só distribuir rodenticida em qualquer sítio. Portanto, é esta precaução, essa estratégia que está a ser preparada com todos: juntas de freguesia, Câmaras Municipais, departamentos do Governo Regional, associações agrícolas, Federação Agrícola, para que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

possamos fazer rua a rua. Iniciámos uma sensibilização nos meios de comunicação social, nas redes sociais, aumentamos a disponibilidade de rodenticida. Não há falta de rodenticida como aconteceu no passado e estão abertas as entregas de rodenticida. Portanto, agora passamos a uma fase seguinte porque a primeira responsabilização é nossa, enquanto cidadãos açorianos, levantarmos o rodenticida e, a seguir, se não for necessário fazer uma desratização porque a intervenção individual de cada um teve o resultado esperado. Mas, naturalmente, vamos fazer em determinadas zonas, em determinadas ilhas e em outras ilhas por completo se for necessário.

Relativamente aos casos de leptospirose, eu não tenho conhecimento de casos de leptospirose, não estou a dizer que não existam, mas não me têm transmitido esses casos. Acho que isso é melhor perguntar ao Departamento da Saúde sobre essa questão. Obviamente, é algo que nos preocupa e que já houve, no passado, vários casos de leptospirose.

Tendo em conta esta preocupação, criamos uma Comissão, da qual faz parte também o Departamento da Saúde, e já tivemos algumas reuniões para preparar essa estratégia para 2025, da qual se incluem um conjunto de ações no terreno, no âmbito da disponibilização do rodenticida e da sensibilização, mas também numa estratégia rua a rua para algumas ilhas, que será na totalidade, mas outras que serão por fases, uma vez que pela sua dimensão e por não haver recursos humanos suficientes, não é possível fazer-se tudo ao mesmo tempo.

A Senhora Deputada Patrícia Miranda, no seu direito de réplica, lamentou que o Governo Regional continue sempre no mesmo discurso sobre hipocrisia política e falta de moralidade. Continuou referindo que “não é o PS que tem hipocrisia política porque limitei-me a constatar um facto. É um facto, e não usei dados de 2018, eu usei os dados de 2020. Seja sério também quando apresenta os dados e, em 2020, ainda era o Partido Socialista que governava. Portanto, nos dados do SREA, que são públicos, em 2020, a área de produção de milho era 13.795 hectares. Se o Senhor Secretário diz que hoje são mais de 14.000 hectares, é só fazer as contas. Portanto, hipocrisia política e falta de moralidade não é o PS que a tem e ainda digo mais, não lhe estou a criticar por aumentarem, muito pelo contrário, se realmente houve um aumento de 300 hectares, ainda bem, é sinal que os agricultores, apesar das dificuldades que têm tido, continuam nas suas práticas e continuam a dar aos Açores aquilo que de melhor fazem, que é produzir. Portanto, nesse aspeto, se o Senhor Secretário Regional entendeu que é uma crítica, é porque, de facto, sabe que eu sei que era possível fazer muito mais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Não respondeu à questão do Coordenador da Comissão. Portanto, eu perguntei-lhe quem é o novo coordenador da Comissão de Gestão Integrada de Pragas e Roedores e, também, já agora, questiono-lhe quando vai estar pronta a estratégia que o Senhor Secretário anunciou.”

O Senhor Secretário Regional respondeu que “a Senhora Deputada Patrícia Miranda fez uma crítica quando diz que é pouco o crescimento atual, comparado com 2020. Obviamente que é uma crítica e eu limitei-me, de facto, a suportar os dados e a retribuir o que era uma crítica, em termos de moralidade e consciencialização daquilo que eram as vossas políticas públicas para a produção fiscal, que era de enganar os agricultores relativamente aos apoios.

Os dados do SREA são completamente diferentes dos dados das candidaturas. A área que aumentou relativamente a 2018 são mais de mil hectares e, portanto, quando critica o pouco crescimento, o que está a fazer é criticar a vossa política de cortes nos apoios comunitários. Cortaram deliberadamente e durante anos, quando incentivavam de maneira enganosa aquilo que era a produção de milho nos Açores.

Relativamente ao Coordenador da Comissão de Gestão Integrada de Pragas e Roedores, tenho a informar que será indicado um novo coordenador, apesar de ainda não ter o nome, mas estamos a trabalhar nisso. Quanto à estratégia, será apresentada até ao final do ano, embora já tenha dito vários componentes dessa estratégia que já estão em atuação, nomeadamente a sensibilização nos meios de comunicação social (RDP e RTP), nas redes sociais e a disponibilização como nunca de rodenticida em todas as ilhas. Levando a uma responsabilização individual também de cada um. Se tudo isto for paulatinamente seguido, mais facilmente conseguiremos ter uma desratização rua a rua, mas já foram avançadas etapas fundamentais, como o Plano de Gestão de Pragas.

Com o plano para 2025, que é o maior plano de sempre em agricultura, são 78 milhões de euros. Não há comparação igual em agricultura, são mais 9,2 milhões de euros para 2025, com um acréscimo nesta área de 150% na verba para a gestão das pragas.”

Seguidamente, interveio o Senhor Deputado Paulo Chaves referindo que “estava à espera de que o Partido Socialista, antes de vir com essas questões todas, congratulasse o Governo Regional sobre o total de seis matadouros certificados em bem-estar animal *Welfare*. Estava, portanto, à espera de algum voto de congratulação por parte do Partido Socialista, mas infelizmente não existe. Ações de bem-estar a animais é aqui nos Açores, no âmbito do PRR, tendo em conta o Programa de Capacitação dos Agricultores e de Promoção da Literacia em Produção e Consumo Sustentáveis, a Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação andou a promover ações de informação no âmbito do bem-estar animal e estas ações decorreram, pelo menos, uma vez por



ano em 2024 e estão perspetivadas para 2025 em todas as ilhas dos Açores, sendo necessário atingir o número mínimo estimado de pessoas. Nas ilhas onde a dispersão geográfica é maior, têm sido realizadas ações de informação nos vários concelhos, permitindo assim aos operadores económicos participar nas mesmas. Nestas ações são abordadas temáticas como a legislação nacional e comunitária, sistema de certificação e bem-estar animal e vantagens do mesmo e pretende-se que os operadores económicos fiquem dotados de conhecimento que lhes permita otimizar a sua exploração, transmitindo a mensagem de que a implementação de práticas que promovam o bem-estar animal respondam a um lucro económico. Quero perguntar se, depois do PRR terminar, no âmbito da ajuda desses programas, a intenção do Governo Regional é continuar com esta estratégia de forma pedagógica em relação ao bem-estar animal.”

O Senhor Secretário Regional respondeu que “a certificação dos matadouros para o bem-estar animal não é um processo fácil, é um processo muito exigente. É um processo internacional com regras que têm a ver com o número de abates, a insensibilização dos animais, determinados critérios, desde a entrega do animal até ao seu abate, e que temos de cumprir rigorosos critérios e somos testados durante um ano nesses mesmos critérios até à obtenção do certificado. Portanto, é um processo longo e exigente, com auditores nacionais e internacionais. Em 2021, certificamos os matadouros das ilhas Terceira e São Miguel e, recentemente, certificamos os matadouros das ilhas do Faial, São Jorge, Pico e Santa Maria.

Ora, isto é um ganho no âmbito do bem-estar animal para toda a Região, um orgulho para todos os açorianos. Os Açores estão a ser conhecidos como a Região do bem-estar animal, mas também nas questões do abate de animais, dos nossos matadouros. Até ao final do ano pretendemos também certificar os matadouros das ilhas Graciosa e Flores. Não foram certificados ao mesmo tempo que os restantes porque não houve um número de abates suficiente para essa mesma certificação. Portanto, os critérios são mesmo muito exigentes, é uma certificação internacional e que deve ser um orgulho para todos porque representa vantagem para a economia dos Açores e para as novas preocupações de públicos de consumidores muito mais exigentes.

Relativamente às questões da formação no âmbito do bem-estar animal, foi entregue o segundo relatório nesta Assembleia, no âmbito da segunda alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016-A, de 8 de julho, a 30 de agosto de 2024, o relatório sobre as questões de bem-estar animal que refere as campanhas para as questões do bem-estar animal e tudo o que foi feito em 2024, dados da campanha de bem-estar animal, dados relativos aos assistentes de recolha, à divulgação e sensibilização efetuadas pelo Governo Regional, aos microchips, os leitores de microchips, às vacinas antirrábicas, às alas de contenção, entre outros aspetos. Dou nota que a



Região foi inédita quanto à formação para tratadores que acompanham o transporte marítimo, o que significa que há mais abate local, há mais ganhos económicos que ficam localmente.”

De seguida, inscreveu-se a Senhora Deputada Joana Pombo Tavares para pedir esclarecimentos à rubrica 7.4.1 para que pudesse clarificar quais são os IGTs que vão ser atualizados e quais os que vão ser avaliados.

O Senhor Secretário Regional respondeu que em 2025 pretende, no âmbito daquilo que é a revisão dos Planos de Ordenamento do Território, promover a avaliação dos planos de ordenamento da orla costeira das ilhas Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo. Disse ainda que é intenção do Governo Regional rever o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial dos Açores e adaptar o regime jurídico da reserva ecológica nacional à Região. Relembrou que, no âmbito da mesma rubrica, estão em apreciação os PDMs de todos os concelhos dos Açores, uma vez que é obrigatória que essa revisão aconteça até 2025. Deu nota que, neste momento, estão publicadas as revisões dos PDMs dos concelhos de Nordeste e de Velas.

Audição da Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, disponível em [Parlamento Online - Audição da Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas - Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025](#)

A Senhora Secretária Regional iniciou a sua intervenção, centrando-se nas questões da Energia referindo que:

“Em 2025 será um ano decisivo para o sucesso da execução do plano de recuperação e resiliência nos Açores, uma grande prioridade em todas as áreas, mas particularmente no setor da energia onde é bastante relevante.

Perspetivamos um investimento de cerca de 23,5 milhões de euros neste setor, no setor da energia, em que mais de 73%, ou seja, 17,2 milhões de euros resultam da aplicação direta do PRR.

Concluiremos a execução do programa *Solenerge*, o mais bem-sucedido sistema de incentivos já mais criado nos Açores, que esgotou a dotação orçamental disponível e ultrapassou todos os marcos e metas contratualizados muito antes dos prazos fixados. Recebemos mais de 5.300 candidaturas e já temos aprovado uma potência de 13,7 MW, quando a meta era 11,2 MW de potência instalada no final do Programa e, portanto, contratualizada com o PRR. O incentivo



aprovado é, neste momento, de 18.488 milhões de euros. É, de facto, um exemplo de políticas públicas criadoras, de valor e impulsionadoras de progresso, de mudança de paradigma e de coerência com o modelo de desenvolvimento socioeconómico vocacionado para assegurar o futuro com sustentabilidade. O seu sucesso foi de tal ordem que temos hoje um overbooking significativo de candidaturas, com muitas pendentes, o que nos impele a procurar novas oportunidades para tentar viabilizar a sua continuidade.

Estamos há já algum tempo a trabalhar junto de diversas instâncias regionais e nacionais com o intuito de identificar e adotar a melhor solução para continuar a estimular a aquisição e instalação de sistemas solares fotovoltaicos para autoconsumo.

Por outro lado, manteremos também a execução do Programa Pro Energia, onde está incluído o apoio à aquisição de baterias complementares aos painéis fotovoltaicos apoiados pelo *Solenerge*, com o financiamento, do Pro Energia, do *REPowerEU*.

Está inscrito no Programa do XIV Governo dos Açores, a descarbonização da economia, o que é determinante e que serão privilegiados nesta área investimentos no aproveitamento de fontes de energia renováveis, energias alternativas.

É uma orientação política que mantemos de forma decidida, assegurando através da Empresa de Eletricidade dos Açores e ainda no âmbito PRR, investimentos críticos no desenvolvimento da capacidade produtiva da geotermia.

Os investimentos planeados para 2025 no setor da energia visam garantir uma resposta duradoura para o futuro energético, de acordo com o definido na estratégia açoriana para a Energia 2030. A eficiência energética é um fator crítico neste processo e no qual estamos a investir de forma gradual e integrada, com uma maior consciencialização da nossa sociedade.

Pretendemos no próximo ano criar apoios do PO2030, um apoio para famílias em situação de pobreza energética, com o intuito de possibilitar intervenções estruturais em habitações, visando a melhoria do seu desempenho energético. É um apoio que pretendemos que se estenda também a IPSS e às empresas, potenciando o incremento da eficiência energética de todo o edificado regional. Mantemos, igualmente, o incentivo à mobilidade elétrica, quer na aquisição de veículos elétricos, quer na instalação de pontos de carregamento para este tipo de veículos, de forma a promover a sustentabilidade e a eficiência no setor dos transportes terrestres.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Faço notar que em setembro deste ano, em Portugal, a venda de veículos elétricos ultrapassou para a primeira vez na história a venda de veículos de gasolina, colocando o nosso país na vanguarda da mobilidade elétrica e demonstrando que este é efetivamente o caminho para um futuro sustentável. Do mesmo modo, reforçaremos as medidas de combate à pobreza energética através de mecanismos de sensibilização e pedagogia, implementando ainda um vale de eficiência energética para a aquisição de equipamentos mais eficientes pelas famílias instaladas em edifícios de habitação social.

A proposta do Plano Regional para 2025 espelha de forma inequívoca o compromisso do Governo dos Açores com uma política integrada para o setor da energia, com os objetivos fundamentais de assegurar a segurança no crescimento da Região, diminuir os custos energéticos e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos Açores.

Este é um caminho que trilhamos de forma consciente, perante as evidências dos desafios internacionais, em alinhamento com as grandes políticas da União Europeia, em particular o pacote *Fit for 55* e também de acordo com os grandes desígnios dos objetivos para o desenvolvimento sustentável 2030.

É, aliás, relevante destacar aqui que, na semana passada, fomos formalmente distinguidos pela *EarthCheck* com o nível ouro na certificação de destino sustentável. Não só somos a primeira região arqueológica no mundo a atingir este patamar, como conseguimos melhorar os nossos indicadores e colocar mais um indicador, que foi o indicador de emissões de gases com efeito de estufa, acima da referência internacional.

É com este sentido de responsabilidade e com o constante dinamismo e inovação que seguimos empenhados nos investimentos necessários à transição energética e à descarbonização da economia, por forma a garantir uma mudança de paradigma e o caminho para melhores índices possíveis de segurança e autossuficiência energética na Região.

Aberta a primeira ronda de questões o Deputado Russell Sousa (PS) questionou que atendendo que já foi atingido o plafom máximo do *Solenerge*, ou seja, os 19 milhões, previstos no sistema de incentivo, se existem possíveis candidaturas que poderão ficar de fora ou, se todas as candidaturas feitas, que estejam de acordo com o regulamento, passíveis de serem aprovadas, serão contabilizadas para o final do projeto.

Para responder à questão colocada, Dra. Berta Cabral, referiu que já aprovaram candidaturas no valor de mais de 18 milhões de euros, estando a atingir os 19 milhões, que era a verba do PRR



afeta a este programa. Todas as candidaturas neste momento já estão em overbooking. Estão continuando a receber candidaturas porque não queriam que elas perdessem a sua função hierárquica, ou seja, no *pipeline* das candidaturas. Mas neste momento já suspenderam o programa, porque mesmo que haja uma reprogramação em duplicado, têm candidaturas para o dobro daquelas que já foram aprovadas. Portanto, todas essas estão em overbooking, todas essas estão a aguardar, para uma possível reprogramação do PRR que possa afetar mais verbas ao programa *Solenerge*.

Em réplica o Deputado Russell Sousa (PS) pediu esclarecimento da sua interpretação em relação às afirmações da Sra. Secretária, se em relação às candidaturas que já estão em overbooking, se não houver uma reprogramação do PRR, neste caso, para esta temática em específico, não poderão ser contabilizadas para a conclusão do projeto em si.

A senhora Secretária Regional, para responder, ao pedido de esclarecimento, referiu que as pessoas que estão em overbooking foram informadas disso. Continuam a receber candidaturas precisamente para não perderem a prioridade. Aguardam que haja uma reprogramação, se houver, quem entregou candidatura serão contempladas, se não houver, também já estão avisadas de que, a partir de um determinado número de candidaturas, já não eram abrangidas pelo plafond inicial.

CAPÍTULO IV

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CH não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PPM emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



A **Representação Parlamentar do PAN** não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O **Grupo Parlamentar do CDS-PP**, sem direito a voto, não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e do PPM, com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para o ano de 2025”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD e do PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2025”**.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento da devida tramitação processual, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Angra do Heroísmo, 11 de novembro de 2024.

O Relator

(Luís Carlos Cota Soares)

O Presidente

(Flávio da Silva Soares)